

**A POLÍTICA EDUCACIONAL NAS DÉCADAS DE 1990 E 2000 E SEUS
ELEMENTOS CONSTITUTIVOS: UMA ABORDAGEM PRELIMINAR**

Renata Moreira de Souza Róseo | renataroseo@yahoo.com.br

Maria Núbia de Araújo | nubiabruxa@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo são as políticas educacionais nas décadas de 1990 e 2000, com ênfase nos dispositivos de planejamento educacional. Trata-se de um estudo de caráter exploratório apoiado nas pesquisas bibliográficas e documentais, destacando-se nessas fontes: Fonseca, (2009); Freres, (2009); Gonçalves, Holanda, (2009); Saviani, (2010) e a partir dos debates realizados em sala de aula.

O artigo se divide em duas partes: a primeira resgata a história da educação na área das políticas educacionais da década de 1990 e suas implicações no planejamento educacional. A segunda analisa sinteticamente alguns instrumentos que compõem o planejamento educacional no país e seus desafios na garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade. A segunda analisa sinteticamente alguns instrumentos que compõem o planejamento educacional no país.

1. A CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA DÉCADA DE 1990

A década de 1990 já traz na sua história um desafio a ser transplantado por aqueles que acreditam numa teoria capaz de transpor o capitalismo. Essa evidência histórica se constituiu a partir da queda do Muro de Berlim que culminou com a extinção da URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, momento que representou simbolicamente o fim do que ficou conhecido mundialmente como o socialismo real e de uma ideologia que se propôs realizar uma mudança substancial na sociedade.

Nesse contexto, surgiram novas teorias voltadas para a explicação sobre as particularidades do cotidiano, as chamadas de pós-modernas ou pós-estruturalistas, cujas ideologias reverberaram no campo das políticas e do planejamento educacional, sobretudo

nas determinações para os países periféricos. A década de 1990 é também conhecida como a década do neoliberalismo. No Brasil e na América Latina, houve um momento de adesão das nações às políticas lideradas pelo Banco Mundial e demais organismos multilaterais¹⁰², sobretudo, as quais estavam relacionadas às questões sociais e educacionais.

A adesão a essas ideologias repercutiram de uma maneira negativa na educação, de forma que os documentos oficiais foram adaptados aos princípios do neoliberalismo, disfarçadas em novas teorias de educação, a exemplo do construtivismo. A perspectiva foi tomada com base na ideologia da *pedagogia das competências*¹⁰³ fundamentada pelas características exigidas pelo sistema capitalista com foco no mercado que dita o novo trabalhador proativo, qualificado, competitivo, com foco na eficiência e na produtividade.

Nesse bojo, os objetivos da educação são defendidos por meio de características voltadas para uma formação abstrata, polivalente e aligeirada. Baseada na ideologia da qualidade total dissemina, dentre outras questões, a descentralização do ensino e as parcerias com entidades privadas, revestidas de um discurso com os princípios de participação e de autonomia. Tal perspectiva repercutiu ainda na precarização da escola e no esfacelamento do papel de professores (as).

Outro aspecto de destaque da década de 1990 que repercutiu incisivamente no campo da educação foi a Reforma do Estado realizado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC, decisão tomada a partir do chamamento dos gerentes para assumir a administração dos setores e órgãos. Nas escolas, a direção passava a se chamar de *gestão escolar*. Esses termos desencadearam posturas, as quais seguiram as mesmas orientações da reforma nos outros setores do Estado voltadas para avaliação, monitoramento e controle.

A principal característica no campo do planejamento educacional foi a mudança no gerenciamento e na fiscalização do aparelho estatal, que gerou uma revisão dos currículos; uma mudança na avaliação da gestão institucional escolar, que passa a ser voltada para a

102 UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência, e Cultura, UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância, CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, OREALC-Oficina Regional de Educação para a América Latina e Caribe da UNESCO, OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico etc.

103 Pedagogias das Competências: é termo surgido no contexto da crise estrutural desse sistema, em decorrência de formação de novo trabalhador que precisava adequar-se às exigências da produção, substituindo, por esse motivo, o termo qualificação. A Pedagogia das Competências e formação dos professores breves considerações críticas HOLANDA, F.H. de O, FRERES, H., Gonçalves L. P. Revista Aramada Crítica Ano 1, Número 1, Janeiro 2009.

competitividade; uma ampliação do ensino fundamental em nove anos e, ainda, uma bifurcação do ensino médio resultando em modalidades de conteúdos gerais e técnicos profissionalizantes. Para garantir o controle do desempenho do aluno, avaliar os resultados do ensino fundamental nos anos iniciais e nos anos finais e os resultados do ensino médio com o discurso de investir em qualidade e universalização do acesso à escola foi criado o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB¹⁰⁴.

Vale destacar, nesse momento, os debates em torno da elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE, a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96). Setores da sociedade civil, reunidos no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB, elaboraram uma proposta de PNE que tinha como eixo central a defesa da educação pública para disputar com a proposta do governo Fernando Henrique Cardoso, defendida pelo Ministério da Educação.

Em janeiro de 2001, foi aprovado o PNE para um prazo de dez anos. No documento aprovado havia várias modificações em relação ao proposto no projeto da sociedade civil, dentre elas as relacionadas às questões do financiamento da educação e da valorização do profissional do magistério, tais como, o Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF.

Uma das consequências da política adotada, primeiro, por Fernando Henrique Cardoso, e assumida, posteriormente, por Luis Inácio Lula da Silva, foi a criação do FUNDEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, em substituição ao FUNDEF, cujo documento traz mudanças com a inclusão da modalidade da Educação Infantil e do Ensino Médio, cujos níveis de ensino compõem a Educação Básica. Atualmente, a EJA – Educação de Jovens e Adultos também compõe este Fundo. Essa abrangência não gerou um aumento proporcional dos recursos, pois

104 Avaliação Nacional da Educação Básica – Aneb: abrange, de maneira amostral, alunos das redes públicas e privadas do país, em áreas urbanas e rurais, matriculados na 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio, tendo como principal objetivo avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira. Apresenta os resultados do país como um todo, das regiões geográficas e das unidades da federação.

Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Anresc, também denominada "Prova Brasil": trata-se de uma avaliação censitária envolvendo os alunos da 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas. Disponível em: <http://provabrasil.inep.gov.br/>. Acessado em 09/03/2015.

apenas prevê a inclusão das outras modalidades de ensino, ao invés de proporcionar o aumento das demandas equivalente ao custo delas.

Em seguida, analisa-se brevemente alguns elementos no campo do planejamento educacional abordando suas características e a repercussão no desenvolvimento da educação pública.

2. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

Nessa parte, foram analisados sinteticamente os seguintes instrumentos do planejamento educacional: o Projeto político pedagógico – PPP; o Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE; o Plano Nacional de Educação – PNE (2001-2010) e, por último, o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE como forma de compreender os impactos das reformas educacionais no chão da escola a partir de tais leis e documentos.

O Projeto Político Pedagógico – PPP é um documento que sintetiza a identidade da escola e seu objetivo é fundamentar todas as ações a serem desenvolvidas por ela. Este projeto compõe um dos instrumentos de planejamento educacional, cujo está diretamente às escolas descrevendo desde as bases filosóficas e conceituais que guiam as atividades realizadas na escola, passando pelo marco situacional do contexto da realidade escolar, e culminado com o regulamento, ou seja, o quadro das funções e atribuições desempenhadas pelos profissionais do corpo docente e por todos que compõem a comunidade escolar.

Sua elaboração deve se dá a partir da construção coletiva do Projeto, pois deve conter as principais ideias e as concepções que possibilitam as escolas a existir como uma instituição. O documento serve ainda como sistematização das diretrizes e orientações metodológicas aos profissionais da escola a fim de organizarem metas e recursos para nortear a execução das práticas dentro da escola, pois contém ainda as estratégias de planejamento, de monitoramento, de avaliação das atividades e são elencadas ações de curto, médio e longo prazo.

Uma das metas mais relevantes do Plano referia-se à gestão escolar [...] Tal projeto traduzia a aspiração dos educadores comprometidos com uma educação de qualidade, como ação mediadora do diálogo entre a escola, o campo científico e as instâncias de decisão política. (FONSECA - 2009, p. 170).

O primeiro desafio deste Projeto diz respeito à sua elaboração que desde o início, deve contemplar a participação dos setores da escola envolvendo o corpo docente e discente, as famílias e a comunidade para que seja realizado em conjunto. O segundo trata-se da realização do controle social dessas atividades e o terceiro e último é a dificuldade em materializar todas essas concepções dentro desse contexto que defende a democracia, mas está cada vez mais difícil de vivenciá-la, visto que as relações na escola se dão ainda de forma bastante autoritária.

O segundo instrumento é o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, cujo programa possui uma versão também para a educação do campo, o chamado PDDE – Campo. Iniciou-se em 1995, sendo voltado somente para o ensino fundamental. Ele provém do Salário Educação, montante proveniente do Regime Geral da Previdência Social – RGPS, que gera o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. O recurso é destinado à compra de material permanente para os alunos e não para a escola, como equipamentos e utensílios que serão usados pelos alunos, gerando uma ambiguidade porque a porcentagem repassada pela escola é de acordo com o número de cadastro de alunos matriculados.

A perspectiva neoliberal que defende a submissão do público pelo privado efetiva-se no PDDE, por meio das Unidades Executoras, as quais abriram um CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e se tornaram empresas para repassar esse montante à escola. O responsável pela abertura de conta e CNPJ, muitas vezes, é membro do corpo docente da escola. Vale destacar que, nesse caso, os conselhos escolares se tornaram as entidades executoras e deixaram de ser um espaço de participação e de controle social conforme sua função. Essa circunstância gerou uma confusão de papéis, além disso, dentro da escola há uma situação que gera ambivalência entre o público e o privado, onde o privado gerencia o público.

O terceiro instrumento de planejamento educacional é o Plano Nacional de Educação – PNE (2001-2010). Ele foi o primeiro plano de educação com o poder de lei, aprovado em 2000 e sancionado em 2001 pela Lei de Nº 10.172/01. Porém, o PNE passou por nove vetos, sobretudo no financiamento da educação e na modalidade da educação básica. O primeiro desafio que limitou a sua concretização foi o boicote do governo ao próprio plano vetando os recursos, portanto, não houve como atingir as metas e alcançar os objetivos por não dispor de investimentos suficientes para a educação nos dez anos previstos no Plano.

Outra dificuldade é o fato de não se aliar ao Plano a discussão e implantação de um sistema de ensino público, gratuito e de qualidade, isto é, o Sistema Nacional de Educação, para que se possa avançar no desenvolvimento do país. Conforme Saviani, (2010, p. 01):

Nessa acepção difusa, o termo sistema se revela polissêmico, preenche de ambiguidades e imprecisões. Em consequência, procurei depurá-lo de suas imprecisões, mostrando que frequentemente o termo se aplica não ao sistema propriamente dito, mas às suas partes constitutivas.

O quarto é referente ao Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, o qual foi a principal medida implementada pelo governo Lula no segundo mandato o plano, datado no dia 24 de abril de 2007, com o objetivo de melhorar a educação no país, em todas as suas etapas em quinze anos. (PDE, 2007, p. 03):

[...] os princípios políticos, fundamentos teóricos, os métodos educacionais e o passo-a-passo administrativo que têm marcado sua gestão à frente do ministério. Em vez de simplesmente enaltecer os feitos de sua equipe, ele procura tornar transparente e acessível a lógica pública que inspira o trabalho do nosso governo, buscando uma interlocução com todos os que têm compromisso com a educação, independentemente de simpatias políticas e ideológicas. (Fala do Presidente - Luiz Inácio Lula da Silva no documento de apresentação do Plano)

O PNE foi subsumido pelo PDE, haja vista que todas as ações que já haviam sido estabelecidas e continuadas passaram a compor o PDE. Este plano funciona como se fosse um cestão, onde reúne todas as ações e programas, cuja maioria deles já existia para a educação no Brasil. É um plano que possui trinta metas com foco na qualidade do ensino, mas sem recursos. Fonseca (2009, p. 171) ao citar Saviani a respeito das fragilidades do PDE: “[...] o fato de que suas metas se limitam entre si e, tampouco, com as propostas do Plano Nacional de Educação de 2001. Este constitui uma referência para os educadores e, portanto, não poderia ser ignorado no atual PDE”.

Neste caso, o PDE se tornou mais importante que o próprio PNE, quando, na verdade, o Plano de Governo deveria ser elaborado adotando como base o PNE já que este foi amplamente debatido antes de ser sancionado, mesmo com os vetos na parte de recursos. Assim, o PNE como uma política educacional de Estado complementado pelo Plano de

Governo – o PDE atua de forma a garantir a continuidade, a ampliação dos recursos e ações prioritárias para a educação.

Os pilares do novo plano (PDE, 2007, p. 11):

[...] o PDE está sustentado em seis pilares: i) visão sistêmica da educação, ii) territorialidade, iii) desenvolvimento, iv) regime de colaboração, v) responsabilização e vi) mobilização social – que são desdobramentos consequentes de princípios e objetivos constitucionais, com a finalidade de expressar o enlace necessário entre educação, território e desenvolvimento, de um lado, e o enlace entre qualidade, equidade e potencialidade, de outro. O PDE busca, de uma perspectiva sistêmica, dar consequência, em regime de colaboração, às normas gerais da educação na articulação com o desenvolvimento socioeconômico que se realiza no território, ordenado razões e princípios do plano de desenvolvimento da educação segundo a lógica do arranjo educativo – local, regional ou nacional. Indo adiante, o PDE passa do conceito à ação.

Apesar de o PDE estar sustentado nos seis pilares citados acima, percebe-se que, de fato, não há um compromisso concreto com a melhoria da qualidade da educação, pois não se define claramente de onde proverá o investimento que será realizado em educação sem o aumento proporcional de recursos para cada modalidade e programa já existente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos discursos governamentais em defesa da melhoria da qualidade da educação e da necessidade do investimento na formação das gerações futuras, associados às proposições de erradicação da pobreza e de aumento dos níveis de Índice de Desenvolvimento Humano no país como condições se alcançar as metas educacionais, o que se observa é a falta de articulação de todas as áreas das políticas públicas em direção a um objetivo comum, até porque os discursos se confrontam com a realidade, revelando-se falaciosos.

Na contra mão do proclamado, encontram-se a descentralização/ municipalização do ensino, as políticas de fundos, as privatizações, a redução dos custos públicos com a educação pública, gratuita etc. O discurso é de compromisso e qualidade, mobilização e participação da sociedade civil, mas o que se vê é uma desresponsabilização do Estado lançando a educação a sua própria sorte, como consequência o ensino profissionalizante e tecnológico ganhando forças e incentivos no ensino superior privado.

Discursos, planos, programas e leis para uma educação de qualidade no Brasil e nenhuma delas é cumprida na sua totalidade, haja vista que a educação não é prioridade para o governo. Podemos citar a lei do piso salarial¹⁰⁵ a nível nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, ainda não foi efetivada, assim como o último Plano Nacional de Educação, que obteve êxito em apenas um terço de suas metas.

Esses desafios e tantos outros nos acompanham há décadas. Então, perguntamos: é possível mudar a realidade da educação no Brasil, com um baixo piso salarial, poucos recursos para o FUNDEB, poucas vagas para o ensino superior gratuito, bem como os recursos gerais para a educação que não aumentam com o passar dos anos?

Estes dispositivos de planejamento e de política educacional, que foram brevemente analisados, oriundos da política neoliberal, estão comprometidos com a manutenção das desigualdades sociais e não se discute amplamente uma revolução na educação que organize e consolide um sistema nacional de educação que coloque o Estado como o articulador e mantenedor financeiro do complexo educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **O Plano de Desenvolvimento da Educação** - razões, princípios e programas. Brasília, 2007.

BRASIL, Portal do Ministério da Educação. **Lei do piso salarial a nível nacional**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index>. Acessado, 21 de maio de 2012.

FONSECA, Marília. **Políticas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social**. Cad. Cedes, Campinas, SP: 2009. Disponível: em <HTTP://www.cedes.unicamp.br>>

105 - O piso salarial do magistério foi reajustado em 13,01% em janeiro de 2015, conforme determina o artigo 5º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. O valor do piso para 2015 é de R\$ 1.917,7. O piso salarial foi criado em cumprimento ao que estabelece a Constituição Federal, no artigo 60, inciso III, alínea e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Conforme a legislação vigente, a correção reflete a variação ocorrida no valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) de 2014, em relação ao valor de 2013. O vencimento inicial dos profissionais do magistério público da educação básica, com formação de nível médio modalidade normal, com jornada de 40 horas semanais, em 2015 é de R\$ 1.917,78 e passa a valer a partir de 1º de janeiro. Acessível no site: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=21042&Itemid=382 acessado em 10/08/2015.

XIV ECHE – ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
IV ENHIME – ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO
FORTALEZA – CE | 17 a 19 de Setembro de 2015 | ISSN XXXX XXXX

HOLANDA, F.H. de O, FRERES, H., GONÇALVES L. P. **A Pedagogia das Competências e formação dos professores breves considerações críticas.** Revista Arma da Crítica Ano 1, Número 1, Janeiro: 2009.

SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. Texto base da exposição feita no Simpósio de Abertura da Conferência Nacional de Educação (CONAE), Brasília D.F: 2010.